

# A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL: HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

OLIVEIRA, Kátia Alves<sup>1</sup>; MARQUES, Nara Letícia Pereira<sup>2</sup>; LIMA, Michelle de Castro<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Graduanda, Pedagogia, IFGOIANO, katialves0@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda, Pedagogia, IFGOIANO, nara\_leticia\_15@outlook.com

<sup>3</sup> Professora, Licenciatura em Pedagogia, IF-Goiano *campus* Morrinhos, michelle.lima@ifgoiano.edu.br

## RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória da formação de docentes para a educação básica no Brasil e no Estado de Goiás, evidenciando os caminhos históricos do curso normalista, alicerçando-se na legislação e nas políticas educacionais. O trabalho é uma pesquisa bibliográfica e destaca os principais momentos da formação de professores, a partir do advento da Escola Normal no país em 1835.

Palavras-chave: **Formação de professores. Pedagogia. Escola Normal.**

## 1 Introdução

O recorte temático deste texto foi feito sob a perspectiva dos temas abordados em sala de aula na disciplina de História da Educação II no curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano- Campus Morrinhos- GO e da pesquisa realizada através do *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC*<sup>1</sup> em andamento, que pretende identificar quais têm sido as lacunas entre o proposto e o realizado em sala de aula no curso de Pedagogia do IF Goiano campus Morrinhos.

Otimizando os temas abordados, construímos através desses estudos uma retomada histórica da trajetória da formação profissional de professores da Escola Normal no Brasil e no estado de Goiás, abarcando momentos cruciais que contribuíram à construção da identidade do curso de Pedagogia.

## 2 Metodologia

A pesquisa é do tipo exploratória, amparada por estudos bibliográficos e documentais, e de caráter qualitativo.

## 3 Resultados e Discussão

---

<sup>1</sup> Pesquisa sob o título perfil docente e fatores condicionantes à educação como campo profissional: o caso pedagogia do IF Goiano campus Morrinhos.

A primeira escola normal brasileira foi instituída pelo Decreto nº 10, em 10 de abril de 1835, na Província do Rio de Janeiro, em Niterói. Seguindo o modelo europeu, habilitaria pessoas ao ofício do magistério da instrução primária e professores atuantes que não haviam recebido a instrução necessária. Idealizada e organizada pelo grupo conservador formado pelo Presidente Joaquim José Rodrigues Torres e pelo Vice-presidente José Soares de Souza, que segundo Villela (2008), foi uma ação política como apoio a seus objetivos, claramente evidenciado pela escolha do método de ensino que embora não se adequasse a conjuntura das escolas brasileiras do período, atraía a atenção dos dirigentes sobretudo por seu sistema disciplinar, fortemente baseado na ideias de hierarquia e ordem, valorizadas pelo projeto conservador (VILLELA 2008, p. 33).

O artigo 2º do Decreto Nº 10/1835, em redação original, determinava o método e o currículo da Escola Normal:

Artigo. 2º A mesma Escola será regida por hum Director, que ensinará. Primo: a ler e escrever pelo methodo Lancasteriano, cujos princípios theoreticos e práticos explicará. Segundo: as quatro operações de Arithmetica, quebrados, decimaes e proporções. Tertio: noções geraes de Geometria theocrica e pratica. Quarto: Grammatica de Língua Nacional. Quinto: elementos de Geographia. Sexto: os princípios de Moral Christã, e da Religião do Estado. (BRASIL, 1835)

Em 1849, Couto Ferraz ao assumir o cargo de presidente da Província do Rio de Janeiro fechou a escola normal de Niterói por considerá-la onerosa, com uma formação de caráter reduzido devido a seu currículo limitado e insatisfatório em relação à qualidade de ensino e a quantidade de alunos que concluíam o curso. A Escola Normal foi substituída pelos professores adjuntos, regime este regulamentado pela proposta de Couto Ferraz, através do Decreto nº 1331 de 17 de fevereiro em 1854.

Cinco anos depois, a escola normal de Niterói foi reaberta e os cursos normais continuaram a se instalar pelo país.

A Reforma Leôncio de Carvalho, instituída pelo Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, estabelecia uma política para a organização das escolas normais no Brasil, definindo um currículo mínimo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários. Em 1880, através do Decreto nº 7.684, o então Ministro Francisco Maria Sodré Pereira criou no município da Corte uma Escola Normal de instrução primária para professores e professoras.

Já no Brasil República, segundo Teixeira (2012), o que herdamos do Brasil Império foi um saldo de 85% de analfabetos. Neste cenário, institui-se a Reforma da Instrução Pública

no estado de São Paulo, iniciada pela Reforma do Ensino Normal através do Decreto N° 27 de 12 de março de 1890, primando que õsem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida actual, o ensino não pode ser regenerador e eficazö (BRASIL,1890). A Reforma da Escola Normalista liderada por Caetano de Campos, segundo Teixeira (2012, p. 98), õpossibilitou a utilização de novos métodos de ensino e a formação de professores normalistas para a expansão da rede pública estadualö, envolvendo o enriquecimento dos conteúdos curriculares e a ênfase na prática.

O modelo instituído pela Reforma da Instrução Pública, durante os primeiros 30 anos do Brasil Republica, foi disseminado por estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, entre outros, os quais enviavam seus educadores para observar e aprender em São Paulo ou recebiam as missões dos educadores paulistas. Somente na década de 1920, constitui-se no Brasil um extenso processo de organização do campo educacional, ganhando impulso com a Criação da Associação Nacional de Educação ó ABE.

Em meio ao cenário marcado pelas transformações políticas, econômicas e sociais inerentes à crise internacional econômica e de reordenação política nacional devido ao Golpe de Estado de 1930, surge o projeto de reconstrução da educação do Brasil. O mercado de trabalho tornava-se mais exigente. Tal fato fazia com que a população exigisse mais escolas pressionando cada vez mais para a formação e profissionalização dos professores. Os escolanovistas, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova publicado em 1932, criticaram a formação normalista por não receber uma preparação pedagógica sólida e lutavam pela criação e a preparação dos professores em universidades.

O magistério primário, preparado em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, às vezes misto, com seus cursos geral e de especialização profissional, não recebe, por via de regra, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que ela deve basear-se. A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. Todos os professores, de todos os graus, cuja preparação geral se adquirirá nos estabelecimentos de ensino secundário, devem, no entanto, formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades. (MANIFESTO de 1932, 2006, p.200).

Neste bojo, surgem os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo encabeçados por Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo preconizadores da Escola Nova, trazendo as escolas ó laboratórios que permitiam basear a formação dos

professores na experimentação pedagógica produzidas em bases científicas. Segundo Saviani (2009, p.145), õuma nova fase se abriu com o advento dos institutos de educação, concebidos como espaços de cultivo da educação, encarada não apenas como objeto do ensino, mas também da pesquisaõ. Com a instituição do Decreto n° 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira transforma a Escola Normal em Escola de Professores, designada a fornecer educação secundaria e a preparar professores primários e secundários.

As Escolas Normais desapareceram em 1971 com a nova organização do ensino em primeiro e segundo grau, instituída pela Lei N° 5.692, no qual para o exercício do magistério em primeiro grau era exigido habilitaçãoõ especifica de segundo grau.

Em Goiás, a primeira Escola Normal criada pela Resolução N. 15, no ano de 1858, anexa ao Liceu de Província de Goyaz, não saiu do papel devido à falta de professores e de instalações físicas. A Escola Normal na Província de Goyaz passou por um longo período de latência. Somente com a resolução N° 676 de 03 de agosto de 1882, a Escola Normal foi retomada e instalada em 1884. A Resolução Provincial n° 746 de 1886, e o Ato N° 1 de 1888 suprimiram o Curso Normal e tentaram incluir a cadeira de pedagogia ao Liceu, que também logo foi extinta devido à falta de profissionais que correspondessem à exigência de ser formado pela Escola Normal da Corte.

Durante o governo de José Ignácio Xavier Brito a Escola Normal foi reinstalada por meio da Lei N° 38, em 1893, e regulamentada por decreto em 1894. Nos primeiros dois anos de formação os alunos do Liceu e da Escola Normal assistiam as mesmas aulas e somente no terceiro ano que se acrescentava as disciplinas de Pedagogia e Metodologia e Prática de Ensino. O Decreto N° 10.445, em 1929, trouxe a independência do Curso Normal em relação aos Liceus. Grandes mudanças no corpo docente e no currículo marcaram o período como a política de valorização do magistério instituída pelo Secretario de Interior e Justiça Cesar da Cunha Bastos. Com estas transformações o curso ganhou autonomia e estabilidade.

Em seu próprio espaço, a então Escola Normal Oficial goiana saiu à frente das demais capitais pela relação dinâmica entre jardim de infância, grupo escolar modelo e a escola complementar, que mais tarde se efetivaria em todo país com a Lei Orgânica do Ensino Normal N° 8.530 de 1946, que determinava que estas escolas deveriam ser anexas a ela para demonstração e prática de ensino.

A estabilidade e organização da Escola Normal foi abalada com a mudança da capital para Goiânia em 1937. A educação no estado sofreu um retrocesso devido ao fato de não ser prioridade do então Interventor Pedro Ludovico. Para Goiânia foram transferidas a Escola Normal, a Escola Complementar, o Liceu, o Grupo Escolar Modelo e o Jardim de Infância,

que conseguente foram desanexados da Escola Normal, ocasionando perdas significativas, devido à queda do número de matrículas, a longa distância e a dificuldade de locomover-se até o Grupo Escolar, contribuindo para que deixasse de ser campo de estágio.

O retrocesso manifestou-se no descompasso organizacional e pedagógico da Escola Normal em Goiás, acarretando uma formação defasada em comparação com os outros estados, o que tornou restrito a certificação dos normalistas goianos apenas ao estado.

Com o Golpe de 1937, instalou-se nas Escolas Normais uma política educacional autoritária e o movimento das Escolas Normais sofreram com a mudança de regime. Em 1946, com a queda da ditadura, a Escola Normal Oficial foi favorecida pelas novas políticas educacionais e, pelo Decreto 870/47, ocorreu a sua ampliação, o que marcou a passagem da Escola Normal Oficial para Instituto de Educação de Goiás - IEG em 1946, processo esse que se estendeu por nove anos.

Segundo Brzezinski (2008), na década de 1950 a Escola Normal de Goiás passou por reorganização e alterações pedagógico-administrativas, precedentes a Lei N° 2.580, de 17 de setembro de 1959, que a regulamentava. A formação de professores para o ensino primário teve seu auge na década de 1960, no IEG, sua qualidade era expressa na estrutura nos padrões do INEP, qualificação do corpo docente e pela ousadia da criação do Curso Normal Superior. Com a Lei 5.692/71, iniciou-se a descaracterização do modelo da Escola Normal, tornando-se Habilitação ao Magistériode Segundo Grau e voltando a ser anexa ao Liceu de Goiás.

#### **4Considerações Finais**

A Escola Normal trouxe uma nova perspectiva à formação de professores quando tornou possível através da institucionalização da profissão docente o estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional (VILLELA, 2008 p.30), evoluindo de um processo de formação monopolizado pela igreja e de professores sem preparo para um processo de especialização de saberes científicos embasados em exercícios práticos. Porém, o percurso da formação docente foi longo e intermitente sofrendo com os períodos de estagnação, retrocessos, falta de recursos e políticas de governo adversas.

Destarte, nessa pesquisa pudemos discorrer sobre a trajetória dos cursos de formação de professores (séries iniciais) identificando onde foi instalado o primeiro curso de formação e como esses foram disseminando pelo estado de Goiás. É relevante destacarmos as dificuldades para instalação das primeiras Escolas Normal e como esse fato dificultou o

processo de escolarização goiana, e mais tarde, como o IEG trouxe o fortalecimento de uma cultura pedagógica valorizando o papel do professor das séries iniciais, contribuindo para consolidação da identidade da profissão.

## 5 Referências

BRASIL. Decreto Nº 10 de 10 de abril de 1835. Rio de Janeiro.

BRASIL. Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 - Publicação Original.

BRASIL. Decreto Nº 7.247, de 19 de abril de 1879 - Publicação Original.

BRASIL. Decreto Nº 7.684, de 6 de março de 1880 - Publicação Original.

BRASIL. Decreto Nº 27 de 12 de março de 1890.

BRASIL. Decreto nº 3.810, de 19 de março de 1932.

BRASIL. Decreto Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

BRZEZINSKI, Iria. Escola Normal de Goiás: Nascimento, apogeu, acaso, renascimento. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.), **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. Campinas: Editora Alínea. 2008.

GOIÁS. Resolução Nº 15, de 28 de julho de 1858. Crêa uma escola normal na Capital goiana.

GOIÁS. Resolução Nº 676, de 3 de agosto de 1882. Crêa no Lyceo uma escola normal para preparação de professores de instrução primaria.

GOIÁS. Lei Nº 2.580, de 17 de setembro de 1959. Organização geral do Ensino Normal.

MANIFESTO DOS PIONEIROS. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). In: **Revista HISTEDBR** On-line. Campinas, no. Especial, agosto de 2006, p. 188-204.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **A instrução pública em São Paulo: do Império à República**. Revista Alpha, (13):97-103, 2012, Centro Universitário de Patos de Minas.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos, ãA Primeira Escola Normal do Brasilö. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. Campinas: Editora Alínea. 2008.